

DO INTERIORANO AO GLOBALIZADO: BREVES APONTAMENTOS SOBRE O ESPAÇO URBANO

FROM INTERIOR TO GLOBALIZED: BRIEF NOTES ABOUT URBAN SPACE

Maurício Wamms da Luz¹

Dilani Silveira Bassan²

RESUMO

Discute-se o urbano, considerando as distinções existentes entre os conceitos históricos e contemporâneos, a partir da relação estabelecida entre o espaço e os agentes sociais. É tomado como referência o fato de que o território é formado pela relação entre os agentes e a apropriação do espaço, que se transforma e se reorganiza, a partir do tempo e dos contatos externos. De forma qualitativa e bibliográfica, o estudo objetiva discutir o espaço urbano sob o ponto de vista do direito à cidade e das injustiças sociais, fundamentada em autores de referência sobre o tema e questiona a questão urbana, numa perspectiva interdisciplinar, para aproximar o debate do urbano com o campo dos estudos sociais. O espaço urbano é historicamente um local de lutas sociais, em busca do acesso à cidade e da equidade social.

PALAVRAS-CHAVE

CIDADE; ESPAÇO URBANO; URBANIZAÇÃO

ABSTRACT

The urban is discussed, considering the existing distinctions between historical and contemporary concepts, based on the relationship established between space and social agents. Reference is made to the fact that the territory is formed by the relationship between agents and the appropriation of space, which is transformed and reorganized, based on time and external contacts. Qualitatively, the study aims to discuss the urban space from the point of view of the right to the city and social injustices, based on leading authors on the subject and questions the urban issue, in an interdisciplinary perspective, to bring the urban debate closer to the field of social studies. The urban space is historically a place of social struggles, in search of access to the city and social equity.

KEY WORDS

CITY; URBAN SPACE; URBANIZATION

INTRODUÇÃO

Ao redor do mundo, a preocupação com os problemas sociais gerados pela urbanização, fundamentada no capitalismo globalizado, tem aumentado de importância nas últimas décadas.

¹ Doutorando em Desenvolvimento Regional. PPGDR/UNISC

² Doutora em Desenvolvimento Regional. Professora PPGDR/FACCAT

Todos os setores da sociedade têm investido recursos para identificar as características positivas e negativas da urbanização, e para confrontar as mazelas sociais.

O presente artigo objetiva discorrer a respeito das origens, conceitos e desafios do espaço urbano, e das teorias norteadoras dos projetos de urbanização. Apresenta, em sua primeira parte, os conceitos basilares necessários para a compreensão do conceito urbano. Na segunda parte, uma análise sobre as teorias de espaço urbano e como refletem na cidade e na sociedade. A partir dessa breve análise tenta-se responder às seguintes indagações: o que é o urbano? E quais os desafios a serem vencidos para a ocorrência de um espaço urbano equalitário?

Importante salientar, é preciso atentar para o fato de que o urbano está diretamente ligado à cidade, muito mais do que ao município, ou áreas que se destaquem pela interação com a produção primária. Esse ponto é importante pelo fato de que cidade e município não são utilizados como sinônimos, onde o primeiro representa apenas o perímetro urbano de um território, e o segundo inclui as áreas rurais. Ao dialogar sobre o tema partimos da teoria proposta por Weber de que a cidade é essencialmente um local de mercado, onde ocorre intercâmbio regular de mercadorias. Por isso, justifica-se que, ao se discorrer sobre o desenvolvimento urbano, está sendo discutido o perímetro urbano de um território, seus jogos de poder, a relação entre os agentes, e o acesso das minorias aos espaços físicos e abstratos da cidade.

Nesse contexto, discute-se a seguir sobre a partir de abordagens teóricas que contemplam o cenário de um espaço urbano já globalizado, mas ainda assim de acesso restrito, com a compreensão do conceito de espaço urbano equalitário como provedor de melhora na qualidade de vida dos indivíduos.

O QUE É O ESPAÇO URBANO? O QUE É SER URBANO?

O ato de propor uma definição não é uma tarefa fácil, simples e completa em si, pois exige poder de abstração. Definir é também raciocinar, encontrar semelhanças e regularidades em entes diferentes. No campo das ciências, mesmo nas sociais, a pesquisa de relações integra os métodos. Todavia, não é apenas o geral e o universal que interessa ao estudo. O singular e o particular também são entendidos, mas sob a luz de um todo. Por este motivo a tentativa de criar a definição final do que é uma cidade, é algo arriscado e será inconclusivo. A cidade é complexa, está em constante evolução, e por tanto difícil de definir. A definição de cidade deve considerar as especificidades, conseguir sob um mesmo conceito, adequar tanto megacidades, metrópoles, quanto cidades históricas e cidades interioranas.

Souza (2005) define que as cidades são assentamentos extremamente diversificados, principalmente em relação aos povoados. Os povoados se caracterizam principalmente pela predominância das atividades do setor primário. No caso do Brasil, as zonas rurais se destacam pela ampla presença do agronegócio, em forma de grandes latifúndios. Nestas áreas os indivíduos tendem a ter que se deslocar quando necessitam de bens que não sejam as *commodities* ali produzidas. Cabe salientar que esse fenômeno também ocorre em cidades com predominância no agronegócio.

Christaller em sua teoria sobre o lugar central, discorre sobre aspectos que diferenciam as cidades, como espaço urbano, dos povoados, além de compreender que a cidade pode ser compreendida sob uma perspectiva espacial, uma localidade central, que varia de acordo com a centralidade (BESSA, 2012), ou seja, de acordo com a quantidade de bens e serviços por ela ofertados, podendo ocasionar interesse local, regional, estadual ou mundial. Para o autor as aldeias e povoados tendem a ser *centrífugas*, com os indivíduos interessados nas bordas, nas plantações, nas áreas produtivas primárias (*commodities*). Enquanto que, no caso das cidades, os interesses dos indivíduos ficam na zona central, onde ocorre o comércio, sendo para ele *centrípetas*.

Sob o ponto de vista, Santos (2006) também discute o centripetismo, com a assertiva do acontecer homólogo e hierárquico. Para o autor, no acontecer homólogo, o território é vivido a partir de regras formuladas e reformuladas localmente, no qual considera que as informações são trabalhadas de forma horizontal. Já no hierárquico, é observado o oposto, onde o cotidiano é regido com base em informações privilegiadas e do poder. Sendo assim, considera que no acontecer homólogo percebem-se forças centrípetas e no hierárquico, ocorre o domínio das forças centrífugas.

Com tantas particularidades a serem consideradas, o que é a cidade, e como ela pode ser compreendida? Para Lencione (2008) não importam as características, ou o tamanho geográfico e demográfico, a cidade é "um produto social que se insere no âmbito da relação do homem com o meio - referente mais clássico da geografia". Considerando que entre as cidades existem variações espaciais e temporais, que por consequência as aproxima, a autora complementa: "Não importando as variações entre cidades, quer espaciais ou temporais há uma ideia comum a todas elas, que é a de aglomeração. Não é à toa, então, que a ideia de aglomeração se faz presente na definição da palavra "cidade".

Considera-se, portanto, que uma característica marcante da cidade é a aglomeração. Todavia, a aglomeração neste caso é muito mais do que a simples aglomeração de indivíduos, ou de estruturas físicas. O geógrafo alemão Ratzel (1990) conjectura que é necessário mais do

que a existência da aglomeração, defende o que considera como *sedentarismo*, neste caso, de durabilidade da aglomeração. Essa assertiva tem como função, dialogar com a existência de populações nômades (povos nômades do deserto, mercados itinerantes, assentamentos de sem-terra e indígenas, boias-frias), que apesar de apresentarem certa aglomeração, não se enquadram no aspecto temporal (DERRUAU, 1964).

Posto isto, a cidade é uma área geográfica, sem tamanho pré-definido, onde encontra-se aglomerações sociais sedentárias, não concentradas na produção primária. Contudo, apenas essas considerações não são capazes de explicar a completude da cidade, pois, é possível encontrar aglomerações em áreas rurais, e que o entendimento de duração permitiria que áreas ocupadas a muito tempo também fossem consideradas cidades. Portanto, é necessário identificar uma característica que representa as intenções da cidade.

Neste caso, Roncayolo (1990) conceitua que a cidade é um espaço urbano, que se caracteriza pela existência de uma aglomeração social, política e econômica. Segundo o autor, a cidade é compreendida socialmente pela aglomeração de indivíduos e pela residência da população, considerando um aspecto temporal de sedentarismo. No aspecto político, a cidade se caracteriza pela concentração da estrutura de gestão política e administrativa do território, neste caso municipal. Nem todas as cidades contam com a presença de todos os representantes públicos administrativos, especialmente no que tange às esferas estaduais e federais, a exemplo do Poder Judiciário.

Todavia, é no campo econômico que a cidade, espaço urbano, se distancia do rural, e evidencia o urbano, pois é na cidade que se encontra o acúmulo e a reprodução do capital. Diferentemente da zona rural que privilegia o setor primário e de atividades ligadas ao solo, a cidade concentra as atividades industriais, comerciais, de bens e serviços, bem como uma especialização de ações que dialogam diretamente com as relações e a organização social. Sendo assim, tal qual Weber (1966) já teorizava, a cidade é o espaço que prioriza as relações socioeconômicas, baseadas em jogos de poder, que tem por objetivo, através do mercado, a reprodução do capital.

Sobre este ponto, Corrêa (1989) complementa que é possível observar o espaço urbano sob distintas dimensões. Primeiramente, a fragmentação espacial, dialoga com as diferentes formas de utilização do solo (agricultura, lazer), como é a organização espacial da cidade, o conjunto das diferentes áreas, e as respectivas funções. Em seguida, a articulação espacial entre as distintas áreas de um espaço urbano, que está ligada às relações sociais, os jogos de poder existentes entre os agentes sociais. Tanto a fragmentação quanto a articulação espacial são reflexos da sociedade e das históricas relações sociais, em constante evolução.

Para o autor, o espaço urbano também apresenta uma dimensão simbólica, onde os grupos sociais vivem e se reproduzem, com base nas crenças, valores e mitos, baseados num capitalismo globalizado. Da mesma forma, a cidade é o local e o objeto de lutas sociais. Sendo o espaço urbano, um condicionante social que promove segregação de acesso e desigualdades na utilização dos espaços da cidade, seja em espaços públicos ou na expropriação das comunidades vulneráveis.

Assim, ao entender a cidade como um espaço urbano sedentário, que possui uma historicidade, é necessário considerar a produção e o consumo do espaço urbano, pela sociedade. Para autores como Brito (2005), Santos (2000) e Raffestin (1993), o urbano é tradicionalmente produzido pela apropriação do espaço, através das relações entre os indivíduos, seja concreta ou abstratamente. Tal processo decorre de um permanente processo de apropriação material e topológica da cidade, por grupos sociais, com jogos de poder. A multiplicidade que o processo possui, permite a criação de diferentes territórios, em decorrência dos distintos agentes participantes. A existência de territórios distintos, dentro de uma mesma cidade, pode ser exemplificada pelas bolhas socioeconômicas, como no caso das locais que se destacam pela predominância de certos grupos étnicos, de classes sociais, e também de gênero.

Santos (2006) corrobora o entendimento ao criar a assertiva de que "cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global de uma razão local, convivendo dialeticamente". A compreensão do autor torna-se ainda mais pertinente ao considerarmos a globalização a que todas as cidades estão submetidas, de forma ativa ou passiva. A assertiva do autor oportuniza uma perspectiva não somente sobre o que é o espaço urbano disposto ao nosso redor. Abre a possibilidade de se discutir o que é "ser urbano", as características abstratas do urbano, a produção social, a dinâmica e o papel dos agentes.

A produção social é um processo cíclico intérmino, pois ao mesmo tempo em que o modo de produção, a sociedade, projeta sobre o espaço urbano suas relações, o próprio reage e projeta sobre os indivíduos suas particularidades. Essa consideração se vale das teorias propostas por Lefebvre, um dos primeiros autores a analisar criticamente as transformações sociais dos espaços urbanos, considerando os aspectos históricos da sociedade e do espaço.

Quanto à produção social, Lefebvre (1990) argumenta que é resultante das relações sociais de reprodução e das relações de reprodução do capital. A primeira, são as relações biofisiológicas, enquanto a segunda, parte da divisão do trabalho e das relações sociais. Lembrando que, com exceção de poucos locais, as sociedades são baseadas num modelo capitalista globalizado. Portanto, as questões do trabalho seguem as premissas impostas pelo capital, dentre elas o aumento do distanciamento entre os estratos sociais. Assim posto, a

sociedade ao ser baseada no capitalismo, produz um espaço urbano capitalista, globalizado e financeirizado, que por sua vez impõe aos indivíduos a necessidade de se submeterem às imposições do capital.

Ainda segundo Lefebvre (2000), a produção do espaço é composta por três dimensões dialéticas interconectadas, a que define como espaço concebido, percebido e vivido. O espaço concebido espelha o nome que recebe, ao refletir os processos de regulação e representação territorial. Por sua vez, o espaço percebido contempla a produção e as transformações das estruturas físicas do local. E por fim, o espaço vivido são os processos sociais e de aprendizagem. A compreensão da concepção por trás dos três conceitos propostos demanda a leitura da obra do autor, pois a mera utilização de trechos da obra Lefebvre não é suficiente para definir todas as dimensões dos conceitos. Neste caso, o que é possível é tentar fazer uma aproximação dos conceitos com a realidade.

O espaço percebido são os aspectos do espaço que podem ser apreendidos pelos sentidos, ou seja, os aspectos perceptíveis do espaço. Esse dialoga com a "materialidade dos elementos", percebidos não somente pela visão, mas também pela audição, olfato e "sensações". O espaço concebido, por sua vez, é a concepção de que o espaço não será percebido, enquanto não houver sido concebido. É o "todo" formado a partir da afluência dos elementos. Por fim, o espaço vivido, em síntese, é como o espaço é assimilado pelos indivíduos no dia a dia. Complementa-se com a consideração de que ao se discutir sobre o espaço vivido, Lefebvre considera que a experiência produzirá um excedente não analisável, que será expresso unicamente por meios artísticos (SCHMID, 2012).

Por fim, Lefebvre (1990) considera que o urbano é mais que um modo de produção, é um modo de consumir, de viver, de pensar, um modo de vida. Também é mais do que viver na cidade, transcendendo a geografia. Netto (2013) vivifica essa compreensão ao tecer "Considerando a reflexão sobre a cidade, observamos que nossa experiência do mundo e do Outro é profundamente mediada pela cidade - como uma estrutura do sensorial, como emaranhados da ação e interação ancorados sob a forma de lugares e especialidades". Ambas as assertivas discorrem sobre a relação do indivíduo com o espaço urbano. Parte-se do pressuposto que experimentar a urbanidade é vivência do mundo social, em diferentes tipos de arranjos sociais, um modo particular frente a tantas oportunidades, mas obedecendo os princípios que regem o espaço - capitalismo globalizado e financeirizado - ou seja, as relações entre os agentes sociais formulam as normativas do espaço, e o espaço condiciona o indivíduo.

Ao mesmo tempo que se reconhece que a urbanidade decorre das relações e dos jogos de poder e que o espaço urbano é onde os grupos sociais vivem e se reproduzem, com base nas

crenças, valores, e mitos, evidencia-se que representa nossa imersão no espaço nas condições ofertadas de continuidade e integração, e também de opostos, que naturalmente tendem a aumentar o distanciamento das camadas sociais. A percepção e experimentação do urbano também está vinculada ao local, pois as forças decorrem da diferenciação de identidades e na formação de grupos e campos sociais, que podem ser observados como bolhas sociais - locais reconhecidos pelos aspectos histórico-culturais e/ou socioeconômicos. Netto (2013) complementa que “essas forças afetam a própria reprodução do mundo social e põem em risco a urbanidade como experiência de diversidade e complexidade social”.

Essa concepção é motivada pela compreensão de que o espaço urbano, capitalista globalizado, é regido por agentes que estão interessados em reproduzir seus valores e construir um espaço homogêneo, transformando o próprio espaço num local de lutas sociais, frente aos processos de expropriação das comunidades mais vulneráveis, tanto em aspectos sociais, culturais e econômicos. Por este motivo é importante compreender quem são os agentes que manipulam o espaço, e como é possível ultrapassar os desafios de um espaço urbano em equidade.

QUEM FAZ O URBANO? COMO PROMOVER A EQUIDADE URBANA?

A produção social no espaço urbano se origina nos jogos de poder dos agentes sociais, que agem criando um marco normativo que institui e condiciona sua atuação. Tal fenômeno não é imparcial, pois apresenta a tendência de refletir os interesses e a hegemonia dos agentes e grupos sociais. A produção social de um determinado local também pode ser o resultado de manifestações sociais, geralmente oriundas de grupos vulneráveis e marginalizados. Harvey (2014) considera que a recente e radical expansão do espaço urbano transformou o conceito de estilo de vida e complementa que "a qualidade de vida urbana se tornou uma mercadoria para os que têm dinheiro, como aconteceu com a própria cidade". Com isso, envolve-se a vida urbana num manto de liberdade, que pode ser adquirido apenas por quem possui dinheiro.

Os pressupostos apresentados sobre o que é o espaço urbano e o que faz ser urbano, nos permite considerar que o processo de urbanização está intimamente ligado ao modelo capitalista, como função de acúmulo de capital, uma das possibilidades de superação de crises econômicas, e uma forma de aproveitar o excedente de capital (HARVEY, 2014). Dessa forma, a construção da produção social é promovida por agentes concretos que estão interessados na instauração de ações que buscam seus próprios objetivos, de formas distintas e particulares, criando distanciamento social. É através de práticas espaciais propostas pelos agentes, que o espaço urbano pode ser alterado ou mantido (CORRÊA, 1990).

Quando se fala em agentes sociais, com influência na construção do espaço urbano, Corrêa (1990) e Botelho (2007) os dispõem em seis grandes grupos: empresários, latifundiários, Estado, promotores imobiliários, grupos sociais excluídos ou vulneráveis, e o capital financeiro. Cada grupo possui estratégias próprias para a construção do espaço, age e reage de formas específicas quando disputa poder com os demais. Os empresários, latifundiários, promotores imobiliários e o capital, no intuito de atingir os objetivos individuais - acumular e reproduzir capital - formam redes de colaboração, principalmente para apropriação e comercialização do espaço urbano. A participação destes pode ser através da compra, financiamento, produção e comercialização de imóveis (BOTELHO, 2007).

Logo, o que se vislumbra são as práticas espaciais que não contam com a participação ativa dos indivíduos mais vulneráveis, gerando distanciamento social, e conseqüentemente segregação. Contudo, cabe salientar que sob esta ótica, também ocorrem redes de colaboração entre os grupos excluídos, o Estado e os demais grupos. Tais colaborações, são articuladas para a criação de empreendimentos habitacionais populares, na intenção de diminuir o déficit habitacional existente.

Portanto, observa-se que os processos socioespaciais ocorrem sob dois vieses com propostas ao mesmo contraditórias, mas que se complementam e se explicam, ao se discutir o processo de (re)organização do espaço urbano, e das mazelas que nele se originam. O primeiro, intensidade pelos agentes sociais e econômicos que tem como intuito principal a reprodução do capital, e o segundo protagonizado pelos grupos excluídos, que sofrem as injustiças espaciais. Ao se analisar os principais processos socioespaciais encontrados no espaço urbano brasileiro, mas também mundial, encontra-se o motivo da organização espacial dos processos habitacionais populares. Dentre os processos observados são pertinentes: centralização e (re) configuração da área central; verticalização, expansão horizontal; descentralização e segregação espacial.

A urbanização, como um processo sedentário, histórico e cíclico, constantemente centraliza e (re) configura a área central. A cada ocorrência, os agentes sociais se mobilizam no intuito de maximizar os lucros do capital, portanto ocorre a reabilitação e renovação dos imóveis. O propulsor é o capital proveniente de investimentos tanto privados quanto públicos. Por renovação entende-se a criação de novos imóveis, sobre terrenos desvalorizados. Tal fenômeno produz a gentrificação urbana, ao ocasionar a expulsão da população de menor renda, para a posterior ocupação pelas classes sociais mais altas. Para Furtado (2014) “é difícil isolar gentrificação como um simples caso de substituição de habitação de baixo custo por projetos habitacionais para as camadas média e alta” e que “o que está em jogo hoje em dia é um

processo de gentrificação da cidade”. A gentrificação pode ser motivada economicamente (padrões do trabalho, investimentos), culturalmente (valorização de novos estilos de vida), ou politicamente.

Paralelamente à reconfiguração da área central, o espaço urbano contemporâneo está envolto num processo de verticalização. A verticalização é outra das estratégias utilizadas pelos agentes para a reprodução do capital, ao se realizar a multiplicação efetiva do solo urbano. O aspecto social da apropriação vertical do solo é teorizado por França e Almeida (2015) “A verticalização urbana constitui-se num estágio avançado de apropriação do solo urbano. Esse estágio representa mudanças sociais e econômicas, sendo, portanto, símbolo da modernidade, um marco revolucionário na paisagem urbana”. Assim sendo, a verticalização é ao mesmo tempo, sob o ponto de vista social, um marco e uma “conquista da sociedade”, e economicamente é o capital transformando a cidade de acordo com a suas necessidades, remanejando sempre que necessário para evitar estagnação do capital, ou para evitar crises econômicas.

No processo de urbanização capitalista, que objetiva a reprodução do capital, o valor do solo é fundamental para a maximização do lucro, por este motivo, ao longo das últimas décadas o que se observa é um processo de expansão horizontal. Quando se discute a expansão horizontal, está sendo analisada a expansão para áreas onde o solo possui menor valor, ocasionando o aumento das distâncias das áreas centrais. Já foram propostos inúmeros modelos de expansão horizontal: Modelo de Zonas Concêntricas; Modelo Setorizado; Modelo de Múltiplos Núcleos. Em todos os modelos é perceptível que ocorre uma desvalorização do espaço a partir da área central, e que os estratos sociais mais altos ficam mais próximos ao centro, e que as comunidades vulneráveis estão mais afastadas, ou limítrofes (NASCIMENTO e MATIAS, 2011). As exceções são as zonas residenciais de alto valor, os condomínios, que estão ligeiramente afastados dos centros, mas que possuem infraestrutura síncrona à área central.

O processo de expansão horizontal também promove a descentralização e a formação de núcleos secundários. Nestes casos, os núcleos secundários tornam-se o ponto de referência das comunidades que o circundam. A descentralização pode ocorrer a partir da instalação de empreendimentos que centralizam as necessidades dos indivíduos, e que protagonizam os interesses do capital, a exemplo de áreas mais afastadas das zonas centrais que são atendidas por empreendimentos de grande porte como hipermercados (que oferecem múltiplos serviços) e shopping centers.

Por fim, a evolução da urbanização não planejada, e não ancorada em políticas públicas de desenvolvimento, provoca a segregação socioespacial, que para Castells (1983) pode ser vista como a reprodução das forças de trabalho, articuladas e interligadas com as estruturas sociais. Neste ponto a cidade se torna a representação material das relações sociais no espaço urbano, através da construção do espaço físico. Negri (2008) complementa que cada vez mais a cidade reflete as relações sociais, ao humanizar os espaços urbanos. Um paradigma de segregação socioespacial, a que o autor define como segregação residencial da sociedade, ocorrendo primordialmente pela diferenciação econômica e geográfica.

A segregação das classes sociais nos espaços urbanos segue um padrão geral. Marcuse (2004) apresenta a segregação sob três divisões: cultural; funcional, que objetiva a lógica econômica, e função exercida para cada atividade; por fim, a diferença no status hierárquico, que representa as diferenças nas relações de poder.

Quando se discute a divisão funcional, estão sendo analisadas as características funcionais econômicas, com as áreas sendo divididas em zonas residenciais, rurais, industriais e outras. Enquanto a divisão por status, reflete a distinção e o distanciamento dos estratos sociais presentes na sociedade urbana. A cultural por sua vez, espelha a segregação dos indivíduos em decorrência da língua, da etnia, da religião e também pelos aspectos arquitetônicos.

A segregação residencial ocorre sob três situações, onde duas são impostas às comunidades mais vulneráveis e a terceira que é auto imposta por indivíduos mais abastados. A urbanização induz os indivíduos mais vulneráveis, socialmente e economicamente, a buscarem moradia em áreas mais desfavorecidas. No Brasil, a urbanização está direcionando os grupos sociais excluídos para as favelas - também denominadas de comunidades - e para as periferias empobrecidas. As favelas, em decorrência do alto número de habitantes, contam com uma utilização do solo que prioriza a verticalização. E quanto às periferias empobrecidas, pode-se citar os projetos habitacionais populares (Projeto Minha Casa Minha Vida e o Programa Casa Verde e Amarela), que são projetados horizontalmente e verticalmente.

As classes sociais mais abastadas também estão inseridas na segregação residencial, contudo de forma auto imposta, onde buscam na construção de enclaves fechados - condomínios, residenciais e bairros projetados - a manutenção da hegemonia de seus estilos, virtuosidades e privilégios. Contudo, essas áreas apesar de não estarem próximas da área central da cidade, conta com características semelhantes e os próprios agentes sociais a mensuram de forma particularizada.

Ao ponderar todas as assertivas apresentadas pode-se considerar que o espaço urbano é um produto político-social, uma inter-relação entre os grupos de agentes sociais e o espaço.

Suscita-se, portanto, que é possível agir, para que o urbano projetado possa ser equalitário para os que ali estiverem presentes, ou permitir que o urbano seja utilizado meramente para a reprodução do capital (GERVAIS-LAMBONY, 2017). Soja (2010) complementa a reivindicação de uma equidade no espaço urbano como sendo um sinônimo da busca pela justiça espacial. Para o autor é através da luta pelo direito à cidade que é possível ter mais controle sobre o espaço.

Discutir sobre a justiça espacial e o direito à cidade, não é sinônimo de julgar o espaço sob os próprios princípios morais, éticos e políticos. Para Gervais-Lambony (2017) é analisar o espaço, através da justiça social, as consequências da organização espacial sobre a sociedade, e dos agentes sociais sobre a organização espacial. Tal análise, leva em consideração diversos elementos perceptíveis no espaço urbano, dentre eles: a qualidade de vida, a dignidade, a democracia, a liberdade e a integração.

O que se percebe é que os elementos refletem questões abstratas. Como medir a liberdade, como ponderar o nível da dignidade de um indivíduo num espaço urbano globalizado? Por mais que pareça especulativo, a análise das injustiças existentes se torna palpável.

Ao analisar a justiça social sob o espectro da qualidade de vida e da democracia, observa-se se os serviços públicos básicos - acesso à educação, à saúde básica, assistência social, transporte público e mobilidade urbana, lazer e bem-estar - estão sendo ofertados adequadamente e de forma equitativa. Cabe salientar, que essa medida deve levar em consideração as especificidades de cada área, pois cada uma pode demandar mais de um serviço do que outra, com a recíproca sendo verdadeira. Da mesma forma a divisão e destinação dos orçamentos públicos, que também deve ponderar as necessidades, ao invés de utilizar fórmulas prontas e sem contemplações.

Ainda sobre a qualidade de vida e de liberdade, o cuidado que o Estado, como responsável pela fiscalização tanto do setor privado quanto do público, tem com as permissões para instalação e implantação de atividades que promovam danos às comunidades onde estão inseridas, de modo a evitar que comunidades vulneráveis, que predominantemente estão estabelecidas em locais distantes da área central, sejam mais impactadas que outras. Essa ponderação contempla tanto atividades com impactos físicos, como áreas de descarte, produção química e industrial, quanto as que impactam socialmente, e que podem provocar mazelas sociais, como a prostituição e o desaparecimento de aspectos histórico-culturais.

Conhecendo, portanto, as mazelas que promovem as injustiças sociais, como será possível planejar um espaço urbano que seja equalitário? Para Park (1967) "a tentativa mais

coerente, e em termos gerais, mais bem-sucedida de refazer o mundo em que se vive é de se fazê-lo de acordo com seus mais profundos desejos". Para Harvey (2014) o direito à cidade é maior que o direito a um acesso individual ou coletivo, é um direito a mudança, a reinvenção da cidade, do urbano. Um direito e dever coletivo sobre o processo de urbanização.

Sendo assim, fica implícito que para a diminuição das injustiças sociais, é necessário que ocorra um aumento no direito à cidade. É necessária uma transformação, mais do que apenas do espaço urbano, mas também do ser urbano. Diversas são as possibilidades de promover a justiça social, começando pelo aumento do acesso aos serviços básicos, de educação e saúde. Através da redistribuição de espaços e serviços, fomentando assim a participação democrática individual e coletiva. Outro ponto a ser ponderado é a mobilidade urbana e o transporte público de qualidade, que tem função primordial na aproximação das áreas residenciais mais afastadas, seja da área central quanto das áreas industriais e comerciais. Contudo, ao se analisar a urbanização, o maior propulsor da justiça espacial e do direito à cidade é a garantia de áreas bem localizadas para a implementação de projetos habitacionais, principalmente quando destinados às comunidades mais vulneráveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se percebe, a partir de estudos acerca do espaço urbano e da urbanização capitalista, é que esse fenômeno está diretamente entrelaçado com as relações entre os agentes sociais e os jogos de poder. Contudo, as relações que têm mais força para formatar o espaço urbano são as provenientes das redes de cooperação formadas pelos agentes ligados à apropriação e comercialização do espaço urbano, e a reprodução do capital.

O espaço urbano é formatado de tal forma a maximizar os lucros do capital, com a remodelação, gentrificação e verticalização das áreas centrais. A própria verticalização é vista em áreas afastadas, ainda utilizando da mesma premissa que é aumentar o lucro sobre uma área de menor valor. Na expansão horizontal do espaço urbano, as áreas cada vez mais afastadas são destinadas às comunidades mais vulneráveis, ou para auto enclausurar por indivíduos mais abastados.

Essas práticas espaciais promovem o aumento das desigualdades sociais, através da diminuição do direito à cidade, e das injustiças sociais. Reconhecer as injustiças socioespaciais existentes em um espaço urbano, e compreender que podem ser ultrapassadas através da promoção do direito à cidade, parece torná-las fáceis de serem resolvidas. Contudo, o mesmo aspecto que torna um espaço qualquer, em um espaço urbano, é o mesmo que dificulta e limita

a resolução desses conflitos. A sedentarização, a historicidade e os jogos de poder são determinantes para a resolução das mazelas urbanas.

BIBLIOGRAFIA

BESSA, K. Estudos sobre a rede urbana: os precursores da teoria das localidades centrais. **Geotextos**, v. 1, n. 8, p. 145-165, 2012.

BOTELHO, Adriano. A cidade como negócio: produção do espaço e acumulação do capital no município de São Paulo. **Cadernos Metr pole**, n 18, 2007. P.15-38

BRITO, C. Algumas observa es sobre o conceito de território. ** gora**, v.11, n  2, p. 115-131, jul/dez. 2005.

CASTELLS, M. **A Questão Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983

CHRISTALLER, W. **Central places in Southern Germany**. Prentice-Hall/ Englewood Cliffs, 1966. 230p.

CORR EA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ed.  tica, 1990.

DERRUAU, M. **Tratado de geografia humana**. Barcelona: Editorial Vicens-Vives, Barcelona, 1964.

FRANÇA, I.S.; ALMEIDA, M. I. O processo de verticaliza o urbana em cidades m dias e a produ o do espaço em Montes Claros (MG). **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, vl. 42, n. 2, p. 584-610.

FURTADO, C. R. Interven o do Estado e (re)estrutura o urbana. Um estudo sobre gentrific o. **Caderno Metropolitano**, São Paulo, v. 16, n. 32, p. 341-363, nov 2014
<http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2014-3203>

GERVAIS-LAMBONY, P. A justiça espacial: Experiências e pistas de pesquisa. IN: CARLOS, A. F. (Org.) **A justiça espacial e o direito   cidade**. São Paulo: Ed. Contexto, 2017.

HARVEY, David. O direito   cidade. In. **Cidades Rebeldes**. Ed. Martins Fontes, SP. 2014.

LEFEBVRE, Henry. **O direito   cidade**. São Paulo: Ed. Moraes, 1990.

_____. **A produ o do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e  d. Paris: Éditions Anthropos, 2000).

LENCIONE, S. Observa es sobre o conceito de cidade e urbano. **Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 24, p. 109-123, 2008.

NASCIMENTO, E.; MATIAS, L. F. Expansão urbana e desigualdade socioespacial: Uma análise da cidade de Ponta Grossa (PR). **RAEGA**, Curitiba, vl.23, p.65-97, 2011.

NEGRI, S. M. Segregação Sócio-Espacial: Alguns Conceitos e Análises. **Coletâneas do Nosso Tempo**. Rondonópolis, vl. 7, n. 8, p. 129-153, 2008.

NETTO, V. M. A Urbanidade como devir do urbano. **EURE**. Santiago de Chile, vl. 39, n. 118, p. 233-263, 2013

PARK, R. **On Social Control and Collective Behaviour**. Chicago, Chicago University Press, 1967.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. França. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, F. **Geografia do Homem (Antropogeografia)** (Traduzido do italiano por Fátima Murad). In: Ratzel. MORAES, Antonio Carlos Robert (Org.). São Paulo: Editora Ática, pp. 32-107, 1990. 200p.

RONCAYOLO, M. **La ville et ses territoires**. Paris. Gallimard, 1990.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. **Por uma outra globalização (do pensamento único à consciência universal)**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SCHMID, C. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: Em direção a uma dialética tridimensional. **Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 32, p. 89-109, 2012.

SOJA, E. **Seeking Spatial Justice**. University Minnessota Press, 2010.

SOUZA, M. L. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 192 p. ISBN 85-286-1013-6.

WEBER, M. **The city**. Tradução e ditado para o inglês Don Martindale e Gertrud Neuwirth. Nova York: The Free Press; Londres: Collier-Macmillan, 1966.